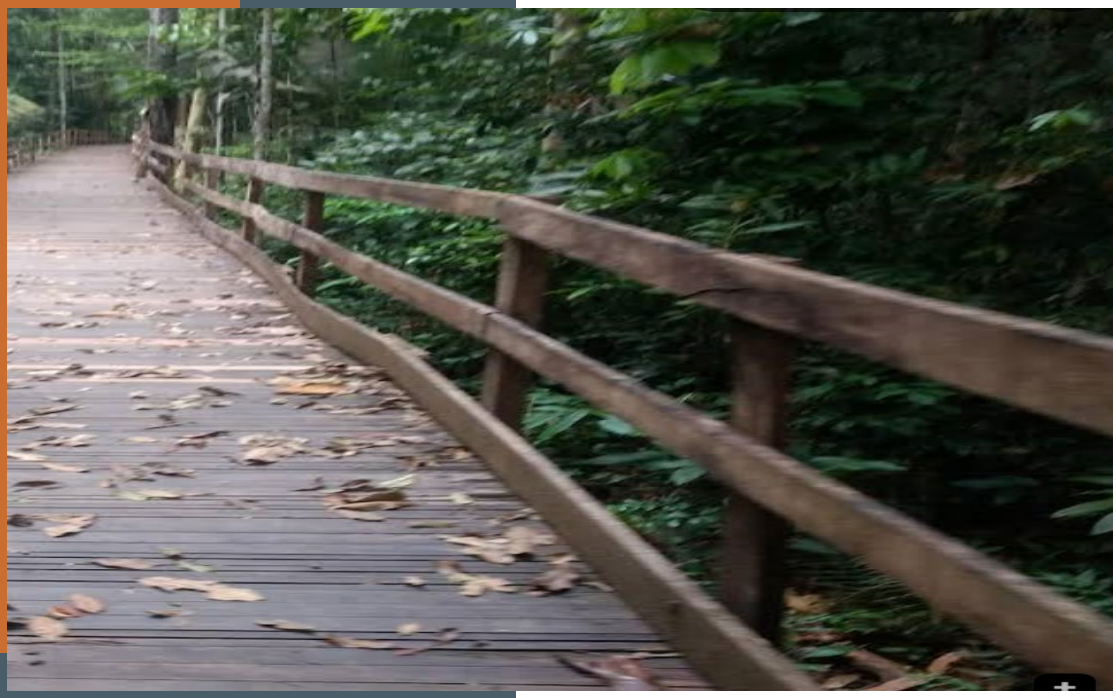
CONSÓRCIO PEZCO-APPARECIDO-PSPHUB-MASTERPRO

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE



MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO PROCESSO

ESTUDOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE PPP PARA CONCESSÇÃO ADM DO SERVIÇO DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS DA CIDADE DE PORTO VELHO.

PORTO VELHO, 07 DE AGOSTO DE 2025

PREFEITURA DE PORTO VELHO

CARTA DE ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

Porto Velho, 15 de setembrode 2.025

Á
Conselho Gestor de Parceria Público-Privada do Município de Porto Velho (CGP/PVH)

Porto Velho-RO
A/C Maxwell Mota

Prezado(a) Senhor(a):

Nós, abaixo-assinados, o **Consórcio Pezco-Apparecido-Psphub-Masterpro**, aqui representado por sua empresa líder, Pezco Consultoria Editora e Desenvolvimento Ltda, com sede à rua Bela Cintra, 1.200, 1º andar, Consolação, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.245.612-/0001-06, vem manifestar o seu interesse em desenvolver estudos através de **MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO(MIP)**.

Declaramos estarmos cientes de que a participação neste Procedimento de Manifestação de Interesse: i. não confere exclusividade; ii. não gera direito de preferência para a outorga da concessão; iii. não obriga o Poder Público a realizar a licitação; iv. não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração; e v. é pessoal e intransferível.

Declaramos estarmos cientes de que o procedimento de manifestação de interesse poderá ser revogado, em razão da conveniência e oportunidade do Município de Porto Velho, ou anulado, sem que gere qualquer tipo de indenização ao interessado.

Declaramos estarmos cientes de que a avaliação e a seleção dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações a serem utilizados, parcial ou integralmente, na eventual licitação, serão realizados conforme estabelecido neste Procedimento de Manifestação de Interesse.

Estamos certos de nossa capacidade de prover uma oferta de alto valor ao governo municipal. Em particular, ressaltamos que nossa posição de consultoria oferece **independência frente a interesses de operadores do setor de Resíduos Sólidos Urbanos**. Produziremos, caso autorizados, um material isento e de alta qualidade técnica, respaldado por profissionais reconhecidos pela excelência em suas respectivas disciplinas. Ademais, propomos trabalhar em estreita integração com a equipe do Município, permitindo dar seguimento ao processo licitatório de forma ágil e efetiva.

Certos da consideração e atenção de V.Sas. a nossa proposta, nos colocamos a sua inteira disposição.

Atenciosamente,

FREDERICO ARAUJO TUROLLA
Sócio Sênior, Econ. CORECON 2ª Região-São Paulo no. 27.335-1

DADOS CADASTRAIS

Seguem dados cadastrais:

Nome(s) do(s) interessado(s)	**Consórcio Pezco-Apparecido-PSPHUB-Masterpro** Razão social (empresa líder): Pezco Consultoria, Editora e Desenvolvimento Ltda
Endereço(s) do(s) interessado(s)	Rua Bela Cintra, 1200 – 1º andar – Consolação, CEP 01415-001 São Paulo-SP
Telefone(s) do(s) interessado(s)	Telefone da instituição (matriz): +55 11 3582 5509
E-mail do(s) interessado(s)	fredturolla@pezco.com.br ; giovani.oliveira@pezco.com.br
CNPJ ou CPF do(s) interessado(s)	CNPJ empresa líder (Pezco): 10.245.612/0001-06
Nome do representante do interessado (quando pessoa jurídica**)	Frederico Araujo Turolla CPF: 906 489 786-72
Telefone(s) do representante	Giovani Santana de Oliveira: 11 9 9881 1357 Frederico Araujo Turolla: 11 9 8522 8429
E-mail(s) do representante	fredturolla@pezco.com.br ; giovani.oliveira@pezco.com.br

APPARECIDO E CARVALHO PINTO ADVOGADOS	APPARECIDO E CARVALHO PINTO ADVOGADOS CNPJ: 18.044.841/0001-66
Endereço	Setor SHCGN 711 Bloco P, 5 - Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70750-776,
Representante Legal	JOSÉ ANTÔNIO APPARECIDO JUNIOR CPF nº 171.260.568-26 E-mail: joseappp@acp.adv.br

PSPHUB	PSP HUB – ESTUDOS EM INFRAESTRUTURA E URBANISMO CNPJ: 48.816.886/0001-72
Endereço	Avenida Paulista nº 1471, Conj. 511, Sl 02/CP1324 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311-927
Representante Legal	ANA CAROLINE OLIVEIRA DE SOUZA BUENO CPF nº 399.338.628-04 E-mail: carol.bueno@psphub.org

PSPHUB	MASTERPRO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA CNPJ: 22.715.014/0001-24
Endereço	Rua Alberto Neder, 328 – Sala 32 – Campo Grande - MS -
Representante Legal	Marilucia Pereira Sandim CPF nº 327.066.021 E-mail: mariluciasandim@gmail.com

** São considerados representantes, para fins deste MIP, as pessoas munidas de poderes para se manifestar em nome das pessoas jurídicas participantes do grupo e pelo recebimento do valor que eventualmente fizer jus a título de reembolso.

Porto Velho, 15 de setembro de 2.025

FREDERICO ARAUJO TUROLLA
Sócio Sênior, Econ. CORECON 2ª Região-São Paulo no. 27.335-1

ÍNDICE DE CONTEÚDO

.....1

ÍNDICE DE CONTEÚDO.....5

APRESENTAÇÃO DA PROPONENTE: CONSÓRCIO PEZCO-PSPHUB-APPARECIDO 6

PEZCO ECONOMICS: EMPRESA LÍDER.....6

PSP-HUB ESTUDOS EM INFRAESTRUTURA E URBANISMO 9

APPARECIDO E CARVALHO PINTO ADVOGADOS 11

MASTERPRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA 12

ESCOPO DO TRABALHO 13

CONTEXTO.....13

ESCOPO DO TRABALHO 13

DIAGNÓSTICO E ESTUDOS PRELIMINARES 13

MODELAGEM DO PROJETO 14

AVALIÇÃO COMERCIAL E ESTUDO DE DEMANDA.....14

ESTUDO SOCIOAMBIENTAL 14

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA INDENIZAÇÃO ATUAL OPERADOR 15

PLANO DE NEGÓCIO E MODELAGEM ECONÔMICA-FINANCEIRA 15

MODELAGEM JURÍDICA.....17

ESTIMATIVA DE APORTE E OU CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIARIA 18

PRAZO DE ENTREGA DOS ESTUDOS 18

ORÇAMENTO PRELIMINAR 18

APRESENTAÇÃO DA PROPONENTE: CONSÓRCIO PEZCO-PSPHUB-APPARECIDO

O Consórcio Pezco-PSPHUB-Apparecido integra a excelência e as especialidades indispensáveis para o sucesso do Procedimento de Manifestação de Interesse proposto pela Comissão Especial de Parcerias Estratégicas da Prefeitura de Porto Velho.

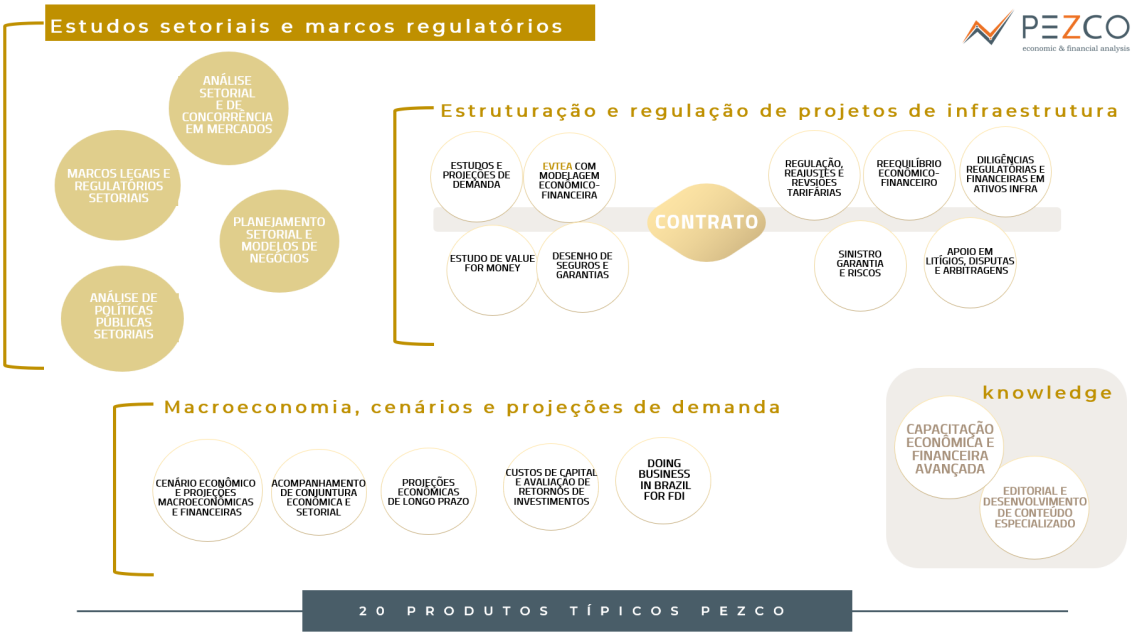
PEZCO ECONOMICS: EMPRESA LÍDER

Pezco Consultoria, Editora & Desenvolvimento Ltda é uma consultoria econômica com prêmios nacionais e internacionais por suas projeções e cenários macroeconômicos e setoriais e altamente reconhecida em suas práticas de regulação de mercados, projetos de infraestrutura e análise econômica de riscos. Possui um acervo de atestados técnicos emitidos por clientes reconhecidos, incluindo instituições multilaterais, governos, associações e empresas de grande porte. Pezco recebeu diversos prêmios do Banco Central do Brasil, da Focus Economics, Broadcast/AE e Fastmarkets Apex pelo acerto em suas projeções macroeconômicas e setoriais.

Pezco se propõe a elaborar estudos e cenários econômicos e políticos que oferecem apoio em planejamento, modelagens e regulação de projetos e contratos de infraestrutura, incluindo parcerias público-privadas e concessões, com viés de eficiência e sustentabilidade. Uma das principais missões da empresa é colaborar com estratégias públicas e privadas, maximizando o valor econômico dos negócios e gerando bem-estar social, tudo isso garantindo excelência nos estudos, rigor acadêmico e consciência sobre o impacto social e econômico de suas proposições.

O portifólio de Pezco Economics, seus sócios e das empresas relacionadas inclui a estruturação, modelagem, e revisão de contratos de concessão em vários setores de infraestrutura e mineração, tipicamente em empreendimentos de grande porte. A empresa realiza ainda estudos voltados para o planejamento e regulação de setores de infraestrutura e de outros setores, contratados por governos, associações e entidades setoriais. Alguns dos estudos realizados por Pezco embasaram importantes reformas institucionais nos setores de infraestrutura no Brasil. O quadro a seguir sumaria o portfólio de produtos prestados pela empresa.

FIGURA 1 – PORTIFÓLIO DE PRODUTOS TÍPICOS DA PEZCO ECONOMICS



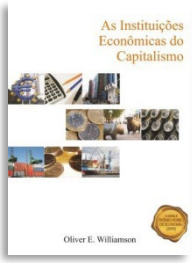
Os setores e segmentos típicos de atuação da empresa estão na figura a seguir.

FIGURA 2 – SETORES E SEGMENTOS TÍPICOS DA ATUAÇÃO DA PEZCO ECONOMICS

Nas últimas duas décadas, a Pezco Economics e seus sócios construirão um notável legado de realizações em consultoria econômica e financeira. Um pouco da experiência da empresa pode ser visto nos *thombstones* a seguir.

FIGURA 3 – SELEÇÃO DE THOMBSTONES DA EXPERIÊNCIA PEZCO ECONOMICS

Pezco Economics se destaca pela **preocupação com a disseminação de conhecimento**. Nessa linha, a empresa mantém uma divisão editorial que realizou a tradução da obra "As Instituições Econômicas do Capitalismo" de Oliver Williamson, Prêmio Nobel de Economia em 2009, um verdadeiro marco na análise da Economia, do Direito e das Organizações que tem influenciado as práticas regulatórias, antitruste e de políticas públicas. Publicou "Transporte Aéreo: Economia e Políticas Públicas", de Alessandro Vinícius Marques de Oliveira, do ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Recentemente, publicou “Modelos de Séries Temporais: Teoria e Prática com Aplicações no Software GRETL“, de autoria do sócio da Pezco, Prof. Dr. Mario A. Margarido. Além dessas produções editoriais próprias, os sócios de Pezco Economics realizaram ou contribuíram em mais de uma centena de obras publicadas em diversos países, sendo dezenas deles sobre temas relevantes a esta Proposta Técnica.



PSP-HUB ESTUDOS EM INFRAESTRUTURA E URBANISMO

O PSPHub agrega a experiência de pesquisadores renomados em suas respectivas áreas, por meio de estudos de alta qualidade. O seu principal objetivo é promover mudanças significativas na maneira como estados e municípios se relacionam com a iniciativa privada. O PSPHub foi criado com o propósito de se tornar um centro de estudos especializado em infraestrutura e urbanismo especialmente em mercados emergentes. Somos uma organização sem fins lucrativos e estamos comprometidos com a missão de aprimorar os serviços públicos e impulsionar o desenvolvimento econômico.

Nossa atuação se situa na intersecção entre dois mundos: o setor público e o setor privado. Buscamos apoiar o desenvolvimento de parcerias eficazes entre esses dois setores por meio de contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) mais sólidos. Embora nossa base seja em São Paulo, temos como meta ampliar nossa influência para mercados emergentes, especialmente na América Latina, pois acreditamos que todas as nações em estágios similares de desenvolvimento podem se beneficiar ao compartilhar lições aprendidas.

Nos últimos anos, a capacidade de obter empréstimos e desenvolver projetos estratégicos e estruturais tem sido afetada pela escassez de recursos públicos para investimentos em infraestrutura. Isso tem impulsionado a busca por alternativas, levando à adoção de novos modelos de contratação, como concessões e Parcerias com o Setor Privado (PPPs). Esses modelos, cujos fundamentos de negócios e gestão estão fortemente ligados ao desempenho, podem aumentar a capacidade de investimento e, quando bem elaborados e administrados, trazer eficiência para a administração pública. Eles alinham os interesses públicos e privados, viabilizando o desenvolvimento de infraestrutura e melhorias nos serviços públicos.

As concessões e as Parcerias com o Setor Privado (PPPs) são alternativas aos contratos administrativos regulados pela Lei 8.666/93. São amplamente regulamentadas por legislação nacional e leis regionais e locais.

A "concessão simples", que abrange obras ou serviços públicos, é regulamentada pela Lei Geral de Concessões, Lei 8.987/95. Essa legislação estabelece os principais aspectos dessas concessões, incluindo os direitos e deveres dos usuários, as obrigações tanto do poder concedente quanto do concessionário, as bases tarifárias, as exigências de licitação e outros pontos. Além disso, a Lei 9.074/95 define normas para concessões e prorrogações, especialmente no contexto dos serviços de energia elétrica.

No que diz respeito às Parcerias com o Setor Privado (PPPs), a Lei Geral de PPP, Lei 11.079/04, estabelece normas gerais obrigatórias para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como regras específicas para a Administração Federal. Ela abrange aspectos como diretrizes para estabelecer PPPs, cláusulas contratuais obrigatórias, mecanismos de garantia pública, procedimentos de licitação e controle orçamentário.

Seguindo a Lei 11.079/04, as Parcerias com o Setor Privado (PPPs) são formalizadas por meio de contratos administrativos de concessão, seja na modalidade de "concessão patrocinada", que envolve pagamento do setor público ao privado além das tarifas dos usuários, ou na modalidade de "concessão administrativa", que abrange a prestação de serviços diretamente à administração pública, incluindo obras e fornecimento de bens.

Nesse contexto, as concessões e as Parcerias com o Setor Privado (PPPs) surgem como alternativas eficazes para impulsionar investimentos, moldar o desenvolvimento e manter políticas e projetos estruturantes sustentáveis. Esses contratos de longo prazo entre os setores público e privado demandam que o último assuma uma parcela significativa de riscos e responsabilidades ao longo do contrato, com a remuneração estreitamente vinculada ao desempenho e/ou à demanda da infraestrutura ou serviço em questão.

As concessões e as Parcerias com o Setor Privado (PPPs) representam soluções complexas, que requerem profundo conhecimento em áreas como Engenharia, Economia-Financeira, Jurídica e Socioambiental.

No âmbito das concessões e Parcerias com o Setor Privado (PPPs), os consultores afiliados ao PSP Hub já contribuíram com serviços técnicos altamente especializados no desenvolvimento institucional.

Esse histórico atesta a expertise e a capacidade dos consultores do PSP Hub em lidar com desafios complexos no campo das concessões e PPPs. Suas contribuições têm impulsionado o avanço desses modelos de colaboração público-privada, catalisando melhorias tangíveis nos serviços públicos e na infraestrutura.

A expertise abrangente do PSPHUB no aprimoramento institucional de entidades públicas, juntamente com seu conhecimento especializado na concepção de projetos de concessão e Parcerias com o Setor Privado (PPPs), os credencia de forma integral para oferecer serviços técnicos especializados em DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.

APPARECIDO E CARVALHO PINTO ADVOGADOS

Apparecido e Carvalho Pinto Advogados é uma sociedade de advogados com ampla experiência nas áreas de Direito Público, da Infraestrutura, Regulatório e Urbanístico. Com atuação na área consultiva e com uma carteira de clientes atendida de forma dedicada e exclusiva, seus sócios especializaram-se na construção de respostas modernas e eficientes a questões de alta complexidade, combinando a segurança jurídica e responsabilidade à necessidade de formulação de alternativas inovadoras e viáveis à estruturação de projetos de infraestrutura e urbanismo.

Em virtude de sua sólida formação acadêmica e experiência profissional, Jose Apparecido e Victor Carvalho Pinto realizam um trabalho de excelência em consultoria jurídica de projetos de infraestrutura, desde a sua fase de concepção e modelagem até a da gestão de seu desempenho após implantados. Doutores em direito com farta produção acadêmica e científica e diversos trabalhos de consultoria junto ao setor privado, ambos são também agentes públicos com grande experiência no exercício de funções junto a órgãos públicos de altas esferas da Administração – esta última condição permite que a leitura dos temas de estruturação de projetos como o ora em discussão seja realizada sob uma ótica de compreensão dos gargalos e dificuldades que provavelmente serão encontrados no desenrolar dos processos licitatórios e de gestão contratual, prevenindo situações que gerem ineficiências e prejuízos ao interesse público e ao desempenho do futuro parceiro privado. O aconselhamento jurídico de Jose Apparecido e Victor Carvalho Pinto, assim, mostra-se voltado à orientação e direcionamento do trabalho de seus clientes buscando não somente a juridicidade das condutas dos atores públicos e privados envolvidos nas questões de infraestrutura e urbanismo, mas também a auxiliar tais agentes a adotar as soluções mais adequadas em termos de eficiência do empreendimento.

Jose Apparecido é advogado com mestrado em direito urbanístico na PUC/SP e doutorado em direito do Estado na Universidade de São Paulo. Possui experiência na elaboração na modelagem de parcerias público-privadas de hospitais, bem como na formulação e revisão de legislação urbanística em cidades de grande e médio porte em todo Brasil, atuando como contratado pelo Poder Público, por empresas particulares e por entidades de financiamento internacional. É membro da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SP e da Comissão de Direito Urbanístico do IBRADIM. É autor dos livros “Propriedade Urbanística e Edificabilidade” e “Direito Urbanístico Aplicado”, além de diversos artigos e capítulos de obras coletivas sobre direito administrativo e urbanístico. É professor universitário, de cursos jurídicos e de escolas superiores da Magistratura e do Ministério Público. Procurador do Município de São Paulo.

Victor Carvalho Pinto é jurista especializado em infraestrutura, desenvolvimento urbano e finanças públicas. Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo. Autor do livro "Direito Urbanístico: Plano Diretor e Direito de Propriedade", em 4ª edição. Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Desenvolvimento Urbano. Advogado com experiência na modelagem de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento urbano. Colaborador do Lincoln Institute of Land Policy, do Projeto Infra2038 e dos sites ArqFuturo e Caos Planejado. Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público. Integrou a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal.

MASTERPRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Masterpro serviços de engenharia A Master Pro Serviços de Engenharia Ltda. é uma empresa especializada na prestação de serviços de consultoria, elaboração de estudos e projetos, e na operação de sistemas de saneamento, abrangendo as quatro vertentes: sistemas de água e esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos. Constituída em 2015, reúne um corpo técnico plenamente capacitado e atualizado com as mais modernas ferramentas e práticas de gestão e eficiência operacional no saneamento.

Temos como missão prover empresas públicas e privadas de soluções técnicas de engenharia sanitária e ambiental, que promovam o crescimento organizacional e contribuam para o desenvolvimento urbano, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Dentre os projetos que realizamos, destacam-se as modelagens hidráulicas, que somadas, atenderam mais de 2,5 milhões de habitantes em mais de 20 cidades, desde regiões praianas de alta sazonalidade, até regiões com pouca alteração de demanda, mas muita oscilação na produção.

SANEAMENTO

No setor de saneamento, são desenvolvidas diversas atividades técnicas e estratégicas, incluindo diagnóstico operacional, estudos de concepção, plano de investimentos, plano diretor e plano de gestão. Também são elaborados planos municipais de saneamento básico e propostas técnicas voltadas à melhoria dos serviços. A atuação abrange ainda a gestão de ativos, implementação de sistemas de informações geográficas e sistemas gerenciais de serviços, bem como programas de eficiência energética, operacional e de manutenção. No âmbito dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, são conduzidos estudos e projetos de engenharia, programas de controle de perdas, simulações hidráulicas, cadastros técnicos, estudos de viabilidade para novos empreendimentos e preparação de pacotes para solicitação de financiamentos.

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS

No campo da gestão de resíduos, são elaborados diversos planos específicos, como o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). Complementarmente, são desenvolvidos estudos e modelagens voltados à definição de mecanismos de remuneração dos serviços, com foco na sustentabilidade econômico-financeira e na eficiência da gestão dos resíduos.

AMBIENTAL

Na área ambiental, são realizados estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA), planos de controle ambiental (PCA) e a consultoria especializada para a gestão de processos de licenciamento ambiental. As atividades incluem ainda a elaboração de laudos técnicos, fundamentais para a análise e o atendimento das exigências legais e normativas dos órgãos ambientais competentes.

ESCOPO DO TRABALHO

CONTEXTO

Atualmente, os serviços de coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos no município de Porto Velho estão sendo executados por um operador contratado em 2024. A operação, no entanto, ocorre em condições precárias, em razão de instabilidades jurídicas e contratuais que afetam diretamente a regularidade e a qualidade dos serviços prestados.

O contrato firmado com esse operador em 2024 foi posteriormente anulado por decisão judicial, a qual foi referendada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO). Apesar da anulação formal do contrato, o prestador permaneceu em operação, assegurando a continuidade dos serviços essenciais de coleta e disposição final dos resíduos, com respaldo em decisões judiciais que visam evitar a descontinuidade dos serviços públicos.

A permanência do operador, mesmo sem contrato válido, cria um cenário de insegurança jurídica e administrativa, além de limitar os investimentos e melhorias necessárias para a modernização do sistema de gestão de resíduos. Essa situação reforça a urgência na estruturação de um novo modelo de concessão que permita a contratação regular de um operador qualificado, garantindo a eficiência, sustentabilidade e conformidade legal dos serviços prestados.

Nesse contexto, os estudos a serem desenvolvidos buscarão avaliar de forma técnica e objetiva a atual prestação dos serviços, identificar os passivos contratuais e operacionais envolvidos, e propor alternativas viáveis para a estruturação de uma nova modelagem contratual, que corrija as fragilidades identificadas e assegure um sistema eficiente, transparente e alinhado com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e Plano Municipal de Saneamento Básico.

ESCOPO DO TRABALHO

Serviços técnicos especializados voltados à estruturação de projetos no âmbito do Programa Municipal de Desestatização, com foco na concessão dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos. O escopo abrange as etapas de varrição, coleta domiciliar e comercial, transbordo, triagem, destinação final ambientalmente adequada, além da reciclagem e do aproveitamento energético dos resíduos(RSU). O projeto visa modernizar, ampliar e tornar mais eficiente a cadeia de gestão de resíduos, incorporando soluções tecnológicas e sustentáveis que promovam a redução de impactos ambientais e a valorização dos materiais recicláveis.

A iniciativa busca ainda impulsionar a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, promover a geração de emprego e renda nas comunidades envolvidas, além de contribuir para a inclusão produtiva de catadores e agentes locais. As ações previstas contemplam investimentos em infraestrutura, inovação na gestão operacional, racionalização de custos e cumprimento dos compromissos ambientais e legais estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Todos os estudos técnicos serão conduzidos em conformidade com as normas e regulamentos vigentes, sendo integrados com análises de mercado, estudos ambientais e projeções de viabilidade técnico-econômica. As entregas serão estruturadas de forma clara e objetiva, respeitando as fases do projeto, e priorizando soluções efetivas sob a perspectiva socioambiental, econômica e institucional.

No escopo do estudo estão contemplados:

DIAGNÓSTICO E ESTUDOS PRELIMINARES

O Diagnóstico e os Estudos Preliminares têm como finalidade levantar e analisar a situação atual dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos no município de Porto Velho, abrangendo as etapas de varrição, coleta, transbordo, destinação final, reciclagem e aproveitamento energético. Esse retrato inicial permitirá

compreender as condições operacionais, institucionais, legais e ambientais que envolvem a prestação desses serviços.

A análise será conduzida a partir da caracterização detalhada da área de abrangência do projeto, incluindo o levantamento da infraestrutura existente, do marco regulatório aplicável e da dinâmica atual de execução dos serviços. Além disso, será realizada uma análise comparativa (benchmarking) com modelos de gestão de resíduos implementados em outros municípios, especialmente aqueles que adotaram soluções inovadoras ou estruturaram concessões e parcerias público-privadas no setor. O objetivo é identificar boas práticas, oportunidades de melhoria e diretrizes para o desenvolvimento de um modelo eficiente, sustentável e adaptado às necessidades locais.

MODELAGEM DO PROJETO

Será apresentado a forma e o dimensionamento da administração do projeto e de como os serviços serão prestados. Para isso, serão executados, no mínimo, os tópicos seguintes:

- Modelo de exploração dos serviços.
- Plano de operação, manutenção e implantação da infraestrutura e dos serviços propostos.
- Estrutura física e de pessoal necessária para adequada administração dos serviços, incluindo os recursos para os sistemas de informação.
- Metas a serem alcançadas pelo concessionário.
- Indicadores de desempenho.

AVALIÇÃO COMERCIAL E ESTUDO DE DEMANDA

• Serão desenvolvidos estudos dos seguintes itens que impactam a avaliação comercial e operacional do sistema de manejo de resíduos sólidos urbanos:
• o histórico e a situação atual dos serviços prestados de varrição, coleta, transbordo, triagem, reciclagem, destinação final e aproveitamento energético, com base em informações públicas, dados fornecidos pelo MUNICÍPIO e, sempre que possível, por meio de tratativas junto ao operador atualmente responsável;
• oportunidades de melhoria na prestação dos serviços, na infraestrutura disponível (como estações de transbordo, centros de triagem e áreas de destinação), na logística dos resíduos e na inclusão de tecnologias que aumentem a eficiência e reduzam impactos ambientais;
• apresentação de uma análise de vocação do sistema de resíduos, identificando potenciais para introdução ou ampliação de atividades como reciclagem, compostagem, geração de energia e inclusão produtiva de catadores, considerando as características socioeconômicas da população atendida e os objetivos de sustentabilidade definidos pelo MUNICÍPIO;
• para fins dessa análise de vocação e definição do CONCEITO DE MODELO OPERACIONAL DO SISTEMA DE RESÍDUOS, é importante buscar referências de boas práticas adotadas em outros municípios brasileiros e experiências internacionais bem-sucedidas, especialmente em aspectos como eficiência operacional, inclusão social e valorização energética;
• realização de benchmarking nacional e internacional sobre modelos de concessão e parcerias público-privadas no setor de resíduos sólidos urbanos;
• projeções de demanda para os serviços ao longo do período contratual, incluindo estimativas de geração de resíduos, potencial de reciclagem, volume de transporte e destinação final, bem como as receitas e custos associados, com base em dados locais, tendências de crescimento populacional e pesquisas de campo específicas. As projeções deverão ser apresentadas com periodicidade anual.

ESTUDO SOCIOAMBIENTAL

Será realizado o Diagnóstico Socioambiental da área urbana e da região de influência dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, com foco na compreensão dos impactos sociais, ambientais e institucionais associados ao PROJETO

- Identificação dos stakeholders diretamente afetados pelos serviços, incluindo usuários, moradores, catadores, associações de bairro, empresas geradoras de resíduos e beneficiários atuais do sistema de coleta e destinação;
- Identificação dos stakeholders estratégicos, como representantes das comunidades, cooperativas de reciclagem, órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e limpeza urbana, Ministério Público, Tribunal de Contas, empresas prestadoras de serviços logísticos, operadores atuais, instituições do terceiro setor com atuação ambiental ou social, além de outros atores relevantes indicados pelo MUNICÍPIO ou identificados pela consultoria;
- Mapeamento das expectativas, percepções, preocupações e possíveis resistências desses stakeholders em relação ao novo modelo proposto, com ênfase nos impactos positivos esperados, bem como nos riscos percebidos;
- Qualificação dos stakeholders estratégicos conforme seu grau de impacto e influência sobre o PROJETO, considerando seu potencial de contribuição ou oposição à sua implantação e operação;
- Elaboração de um plano de comunicação como ferramenta estratégica para informar, engajar e legitimar o PROJETO junto aos diversos públicos de interesse. Esse plano deverá contemplar ações como: realização de workshops informativos com atores-chave e imprensa especializada; produção de releases e comunicados periódicos para atualização sobre o andamento do projeto; e desenvolvimento de conteúdos para canais oficiais do MUNICÍPIO (sites, redes sociais, boletins, entre outros), sempre com linguagem acessível e alinhada aos princípios do interesse público e da transparência.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA INDENIZAÇÃO ATUAL OPERADOR

No âmbito desta estruturação, será realizado estudo econômico-financeiro específico com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de indenização e/ou ressarcimento ao operador atualmente responsável pela execução dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos no município. A análise considerará os investimentos efetivamente realizados pelo operador desde o início da operação, bem como os ativos eventualmente incorporados ao serviço público, observando-se os princípios da economicidade, da proporcionalidade e da vedação ao enriquecimento sem causa por parte da Administração Pública.

Adicionalmente, será apurado o valor total das contraprestações públicas ou pagamentos recebidos pelo operador ao longo do período de operação precária, caracterizado pela ausência de contrato vigente, conforme reconhecido em decisão judicial. O estudo buscará identificar eventuais desequilíbrios entre os valores investidos e os recursos recebidos, de forma a embasar tecnicamente a definição de um montante de indenização compatível com os preceitos legais e contratuais aplicáveis, assegurando segurança jurídica e transparência à transição entre o modelo atual e a futura concessão estruturada.

PLANO DE NEGÓCIO E MODELAGEM ECONÔMICA-FINANCEIRA

Estudos Econômico-Financeiros que projetam, pelo prazo proposto do contrato, receitas ordinárias e acessórias, impostos, despesas, custos, investimentos, condições de financiamento e outras variáveis econômicas e financeiras relevantes.

O Caderno apresenta a planilha eletrônica que projeta a Demonstração de Resultados da PPP e o fluxo de caixa do projeto, e que permite a análise de quais variáveis são mais ou menos importantes para a sustentabilidade financeira do negócio**.**

Plano de negócios

CONCEITO DE MODELO OPERACIONAL DO SISTEMA DE RESÍDUOS, definido a partir da análise estratégica de vocação realizada na etapa de avaliação técnica e comercial, com base na caracterização do sistema atual, identificação de gargalos e oportunidades, e análise prospectiva de soluções sustentáveis e eficientes para cada etapa do serviço;

- atividades operacionais e comerciais propostas na Avaliação Técnica e Estudo de Demanda, individualizadas por componente do sistema (varrição, coleta, transbordo, triagem, reciclagem, destinação final e aproveitamento energético);
- definição de cenários alternativos de composição dos serviços e soluções tecnológicas a serem implementadas, considerando diferentes níveis de investimento e de geração de valor para o sistema;
- discriminação das receitas previstas para cada atividade do PROJETO, incluindo receitas operacionais diretas, possíveis receitas acessórias e fontes de remuneração adicionais (como créditos de carbono, venda de recicláveis e energia gerada a partir de resíduos);
- estimativas financeiras segregadas por atividade, possibilitando avaliar a aderência do modelo proposto ao Plano de Negócios, considerando a alocação eficiente dos recursos e estruturas disponíveis, em conformidade com a legislação aplicável e as metas de sustentabilidade do MUNICÍPIO;
- projeções detalhadas de receitas, custos, despesas (operacionais, comerciais e administrativas), investimentos e tributos para cada unidade geradora de caixa do sistema, garantindo flexibilidade na estruturação do modelo contratual, de modo a permitir a inclusão, exclusão ou reconfiguração de atividades conforme a evolução do projeto ou mudanças de contexto

Estudo Econômico-Financeiro

O Estudo econômico-financeiro envolverá a execução das atividades e elaboração e entrega dos respectivos produtos abaixo:

Estimativa de Valor por Dinheiro

Elaboração de estimativa de valor por dinheiro, ou *Value for Money* (VFM) do projeto, comparando o custo-benefício de adoção do modelo de concessão ou PPP frente aos outros modelos possíveis de prestação dos serviços.

Análise Fiscal

Elaboração de relatório fiscal do Município de Porto Velho com estimativas de comprometimento de Receita Corrente Líquida, análise de fluxos não vinculados e exploração dos dados de CAPAG.

Consolidação do Modelo Econômico-Financeiro

Consolidação do modelo econômico-financeiro proposto para o projeto, incluindo a definição dos seus indicadores econômico-financeiros (taxa interna de retorno (TIR), tempo de retorno do investimento, dentre outros), incluindo a elaboração do sistema de pagamentos e mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro, a realização de estudos de sensibilidade para a determinação do prazo de concessão mais adequado e a definição das alternativas de financiamento.

Sistema de Pagamentos, Receitas Acessórias e Reequilíbrio

Elaboração do sistema de pagamentos da concessionária, modelo de compartilhamento das receitas acessórias e mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de parceria público-privada.

Indicadores Econômico-Financeiros

Definição dos indicadores econômico-financeiros do projeto, considerando principalmente a taxa interna de retorno (TIR) e o tempo de retorno do investimento.

Estudo de Sensibilidade

Realização de estudos de sensibilidade para a determinação do prazo de concessão mais adequado ao projeto, considerando o limite máximo de 35 anos para uma parceria público-privada.

Alternativas de Financiamento

Análise das alternativas, possivelmente considerando entrevistas com potenciais investidores financeiros, nacionais e internacionais, e o detalhamento das linhas especificas de financiamento para máquinas e equipamentos indicados pelo governo.

Consolidação do Modelo Econômico-Financeiro

Consolidação do e eventuais ajustes e alinhamentos em função de condições ou requisitos apontados nos estudos técnico-operacional e jurídico-institucional.

Estrutura de Seguros e Garantias

Definição da estrutura de garantias públicas ao projeto, assim como da estrutura de seguros necessária para a viabilização do projeto.

MODELAGEM JURÍDICA

Desenvolvimento das Minutas de Edital, Contrato e Anexos Jurídicos compreendem o conjunto completo de providências relativas à licitação do PROJETO.

Todo o material será acompanhado de relatórios contendo as justificativas técnicas e jurídicas para as escolhas realizadas em relação aos principais elementos das minutas, abordando, entre outros, os seguintes pontos:

- modalidade e tipo de licitação;
- exigência e valor de garantia de proposta;
- critérios de pré-qualificação;
- critérios e quantitativos para a qualificação econômico-financeira;
- critérios e quantitativos para a qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, com base nas parcelas relevantes do objeto;
- forma de apresentação das propostas e critérios de desempate;
- valor do contrato;
- o modo, a forma e as condições de prestação do serviço;
- os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros de qualidade do serviço, incluindo fórmulas, mecanismos e a periodicidade da revisão dos indicadores de desempenho, de acordo com o item 4.5 deste documento de ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
- a forma de fiscalização dos serviços, incluindo a forma de integração com a figura de verificadores independentes;
- principais obrigações das partes;
- as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento das obrigações pelas partes;
- os casos de extinção da concessão;
- bens reversíveis e vinculados à concessão;
- fórmulas e critérios de remuneração;
- receitas extraordinárias;
- descrição exaustiva da matriz de repartição de riscos do PROJETO, fundamentando a alocação de cada risco mapeado para cada uma das partes do contrato a ser celebrado;
- fórmulas e critérios de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (reajuste e revisão);
- exigência e valor de garantia de execução do contrato;
- seguros relativamente ao objeto e valores segurados;
- fórmulas e critérios de valores indenizatórios nos casos de extinção antecipada; e
- diretrizes ambientais para o licenciamento ambiental do PROJETO, segundo o art. 10, inciso VII, da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, caso necessárias

ESTIMATIVA DE APORTE E OU CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIARIA

Este trabalho tem como objetivo apresentar a estruturação de projetos voltados à concessão dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos no município de Porto Velho, abrangendo as etapas de **varrição, coleta, transbordo, triagem, destinação final ambientalmente adequada, reciclagem e aproveitamento energético**. A iniciativa busca implementar um novo modelo operacional mais eficiente, sustentável e aderente às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com foco na modernização da infraestrutura, melhoria da qualidade dos serviços prestados e na redução dos impactos ambientais.

O projeto visa também fomentar a inovação tecnológica e a inclusão socioeconômica, por meio da valorização de materiais recicláveis, geração de empregos diretos e indiretos e inserção produtiva de cooperativas e catadores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades urbanas atendidas. Além disso, a proposta busca assegurar a continuidade e regularidade dos serviços essenciais, garantindo maior segurança jurídica, previsibilidade contratual e condições adequadas para o cumprimento das metas ambientais e operacionais estabelecidas.

Com base nas informações atualmente disponíveis, ainda não foi possível estimar de forma precisa os valores de Capex, Opex e as receitas do eventual concessionário, tampouco os aportes financeiros que poderão ser realizados pela Prefeitura Municipal de Porto Velho ou por parceiros privados. A definição e apuração desses montantes será realizada no âmbito das atividades técnicas previstas nesta etapa de estruturação do projeto, por meio de estudos de demanda, modelagens econômico-financeiras e análise de viabilidade.

PRAZO DE ENTREGA DOS ESTUDOS

O prazo para entrega dos estudos é de 240 dias a contar da autorização, este prazo pode variar de acordo com a disponibilidade da prefeitura de Porto Velho e número de lotes a serem licitados.

O cronograma detalhado para execução dos estudos será apresentado formalmente em até 15 dias da autorização.

ORÇAMENTO PRELIMINAR

As atividades realizadas pelo consórcio responsável pela estruturação serão remuneradas por meio de **procedimento de ressarcimento**, limitado a **2,5% do valor total dos investimentos** estimados para o futuro concessionário.

Com base em referências de projetos similares, estima-se um **Capex total da ordem de R$ 125.690.000,00**, o que implicaria em um ressarcimento aproximado de **R$ 3.142.250,00**, valor este considerado como o **teto nominal de remuneração** do consórcio.

CONTATO PEZCO ECONOMICS

Rua Bela Cintra, 1200 • 1º andar • Cj. 61
Jardim Paulista • São Paulo | SP

+ 55 11 3582-5509

economics@pezco.com.br

www.pezco.com.br